

OS PROFETAS DE UMA TERRA PROMETIDA: O TERCEIRO SETOR

THE PROPHETS OF A PROMISED LAND: THE THIRD SECTOR

Felipe Luiz Gomes e SILVA¹

RESUMO: o objetivo deste artigo é refletir a respeito de algumas concepções recentes sobre o que se convencionou chamar de *terceiro setor*. Partindo do pressuposto de que há na sociedade três segmentos sociais distintos, aprisionados ao mundo das aparências, alguns estudiosos realizam reflexões, críticas ou não, sobre o significado do chamado *terceiro setor*. De modo geral, os pesquisadores do denominado *terceiro setor* esquecem a totalidade social, ignoram que as relações sociais de produção capitalistas determinam a sociabilidade humana e, desta forma, se emaranham em uma grande armadilha conceitual e ideológica.

PALAVRAS-CHAVE: terceiro setor; Estado; ideologia; neoliberalismo; flexibilidade.

ABSTRACT: the objective of this study is to reflect whit regard to some recent conceptions on what was established calling as third sector. Based on the presupposed that there are three distinct social segments in society captured by the world of appearance, some researchers make reflections either critical or not on the meaning of the so called third sector. Generally, researchers of the third sector forget the notion of social totality, ignore that the capitalist production social relations determine human sociability and thus, get puzzled in a large conceptual an ideological trap.

KEYWORDS: state; third sector; ideology, neo-liberalism; flexibility.

A ORIGEM DO TERMO TERCEIRO SETOR

Partindo do pressuposto de que há na sociedade três segmentos sociais distintos, alguns pesquisadores aceitaram o desafio de refletir, criticamente ou não, sobre o significado da noção *terceiro setor*.

Segundo esses pesquisadores, para além das instituições que compõem o aparelho do Estado (primeiro setor) e as empresas privadas que objetivam lucro (segundo setor) existe um segmento social que pode ser denominado de *terceiro setor*. Sendo assim, defendem a tese de que

¹ Professor Assistente Doutor da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, Araraquara, Estado de São Paulo, Brasil.

esse conceito possibilita o aprofundamento de uma reflexão sobre a sociedade porque permite um olhar crítico sobre **ideologias monísticas**, isto é, possibilita a construção de uma alternativa às visões que compreendem a sociedade de uma forma dicotômica e polarizada: visão estadocentrista versus mercadocentrista.

De acordo com Coelho (2000), a noção *terceiro setor* foi usada pela primeira vez na década de 1970 por pesquisadores estadunidenses. Acrescenta a autora que a partir dessa década o citado termo também foi adotado pelos estudiosos europeus, sendo hoje de conhecimento geral.

Portanto, a adoção desse conceito é justificada pela necessidade de identificar a existência, na sociedade contemporânea, de instituições que apresentam uma **natureza particular**, isto é, uma determinada singularidade.

Essas instituições singulares permitem a combinação ou sintonia fina de **aspectos organizacionais positivos** (vantajosos) que estão presentes tanto na burocracia estatal quanto na empresarial. Na burocracia estatal,² a **equidade e a previsibilidade** e na organização empresarial, a **eficiência e a flexibilidade**. Desta forma, o *terceiro setor* difere tanto da burocracia estatal quanto da organização empresarial, da primeira por sua **inoperância** e da segunda por ser orientada pelo objetivo de lucros máximos sem a preocupação com a **equidade**. Nas palavras de Coelho:

Expressa uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante. Combina a flexibilidade e a eficiência do mercado com a equidade e a previsibilidade da burocracia pública. (2000, p.58)

Segundo Fernandes (1997), essa noção resulta da imaginação humana, ou seja, antes de qualquer coisa, é uma expressão de linguagem como outra e que foi traduzida da língua inglesa: *Third Sector*. Portanto, *terceiro setor* é composto por agentes privados, por cidadãos organizados, que buscam a realização de **objetivos coletivos e públicos**. Sendo assim, quanto as suas finalidades, há uma clara coincidência com os objetivos

² O Estado, na realidade, não é um setor autônomo, no capitalismo monopolista articula, de uma forma muito especial, as funções econômicas e políticas. Essa articulação depende, em grande medida, do processo de lutas de classes (NETTO, 2005).

³ Essa concepção, simplificadora da realidade, abstrai as relações sociais de produção, oculta a natureza classista do Estado funcional ao processo de acumulação do capital monopolista.

do Estado que são, necessariamente, públicos e universais.³ Se o Estado estiver submetido a interesses privados comporá o quarto setor, o *setor da corrupção*.

Cumpre observar que, de acordo com o autor citado, há nos Estados Unidos da América do Norte outras expressões para definir esse setor, “organizações sem fins lucrativos” e “organizações voluntárias” (COELHO, 2000). Uma vez que não objetivam lucros e não são governamentais essas organizações resultam de **puro ato de vontade humana**.

Da Europa continental vem o predomínio da expressão ‘organizações não-governamentais’ cuja origem está na nomenclatura do sistema de representações das Nações Unidas. [...] Por extensão, com a formulação de programas de cooperação internacional para o desenvolvimento estimulados pela ONU, nas décadas de 1960 e 1970, cresceram na Europa ocidental ONGs destinadas a promover projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo. (FERNANDES, 1997, p.26)

Para Wolfe (1992), as chamadas organizações não-governamentais da Europa Ocidental, na busca de parceiros para o desenvolvimento de projetos, estimulam o surgimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) desenvolvimentistas no Terceiro Mundo. No Brasil, em especial, emergem na época da ditadura militar com ações de forte dimensão política, ao marcarem um espaço de integração cidadã, formam um *terceiro setor*.

Em resumo, o *terceiro setor* é composto de organizações sem fins lucrativos que são criadas e mantidas pela ênfase na **participação voluntária**. Dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato, incluindo, também, em seu escopo de atuação ações individuais, expande seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do **conceito de cidadania**. As ONGs beneficiam cerca de **250 milhões de excluídos** (carentes) em países em desenvolvimento (FERNANDES, 1994; 1997).

Dizendo que essa definição soa de maneira estranha por combinar palavras de épocas e de contextos simbólicos diversos, pergunta: sendo tantos e tão variados os componentes desse *terceiro setor*, que sentido há em agrupá-los todos sob um mesmo nome?

Afirma o autor em estudo que quatro razões fundamentais justificam a utilização desse conceito para agrupar componentes tão variados. Primeiro, na medida em que as organizações sem fins

lucrativos desenvolvem ações públicas, são co-extensivas à própria ação do Estado. Segundo, ao abrirem espaço para os interesses coletivos e para a iniciativa individual são co-extensivas ao mercado. Um terceiro aspecto, muito importante, é realçar o valor político e econômico das ações voluntárias, pois no ambiente extremamente competitivo em que vivemos recoloca o gosto pela sociabilidade. Estimula a filantropia empresarial enquanto investimento de longo prazo.

E, sem contextualizar, ignorando o crescimento da exploração do trabalho flexibilizado e precarizado, afirma que as organizações sem fins lucrativos apresentam como características fundamentais: alta criatividade, grande **riqueza em eficácia simbólica**, autonomia, baixo investimento em capital, utilização de **trabalho extensivo e voluntário**.

Para Gohn, a natureza do *terceiro setor* foi elaborada a partir das transformações que estão a ocorrer no campo das ONGs, dos movimentos sociais e das associações filantrópicas e comunitárias. Para a pesquisadora, essas mudanças são acentuadas a partir dos anos de 1990. Em sua forma de dizer:

A natureza do terceiro setor foi construída nos últimos anos a partir de transformações no campo das ONGs, dos movimentos sociais e das associações filantrópicas e comunitárias. (GOHN, 2000, p. 60, grifos nossos)

Na realidade, as organizações abrangidas por essa noção são diversas e diferenciadas, heterogêneas e até contraditórias. Apresentam algumas diferenças nas suas origens históricas, nas suas finalidades, em suas maneiras de se relacionar com o Estado, com a sociedade e com o mercado, têm seu campo de trabalho condicionado e limitado pelas fontes de financiamento. Nem todas atuam no campo dos direitos sociais, civis e políticos e muito menos nas lutas pela construção e/ou pelo avanço da cidadania plena, distribuição de renda e reforma agrária. É preciso reconhecer que há, ainda hoje, algumas instituições que assessoram movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e ações de operários que assumem fábricas falidas em processos sociais conflituosos.⁴

É certo afirmar que muitas das entidades que pertencem ao denominado *terceiro setor* apenas se apropriam do discurso da cidadania, conceito este banalizado e totalmente esvaziado do sentido de luta e confronto. Muitas atuam simplesmente como organizações filantrópicas

⁴ É importante lembrar que muitas das entidades filantrópicas embasadas em motivações ético-morais, precedem o Estado burguês.

e assistenciais que reproduzem, de certa forma, as desigualdades sociais, econômicas e políticas inerentes ao modo de produção capitalista brasileiro concentrador de renda. É equivocada a idéia que propala que as ações do denominado *terceiro setor* estão estruturadas de forma harmônica e solidária e que, desde já, apontam para a emergência de uma **nova sociabilidade que ultrapassa o mundo da mercadoria**.

As ações assistencialistas e filantrópicas podem amenizar a dor e o sofrimento de alguns seres humanos *excluídos* da sociedade e da economia. Exclusão essa que acontece de forma acentuada nos países capitalistas periféricos e dependentes. Muitas entidades assistenciais e filantrópicas competem de forma acirrada por recursos do Estado e das fundações privadas e não realizam, necessariamente, esforços comuns em benefício do todo. Há, na realidade, uma grande disputa pelo que pode ser chamado de mercado solidário, existe todo um sistema de premiação institucionalizado, o Banco Mundial é um dos principais fomentadores.⁵ Como afirma Bailey: “As organizações voltadas para as questões de direitos, ou que *enfocam as raízes da pobreza*, são menos favorecidas pelo *establishment* político e econômico” (2000, p. 90, grifos nossos).

As pesquisas sobre a atual fase do desenvolvimento capitalista apontam para a emergência de um *regime de acumulação mundial predominantemente financeiro* que tem exigido dos países industrializados, assim como dos países periféricos e dependentes, uma Reforma do Estado que impõe uma *revisão dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora*. Com a perda dos direitos trabalhistas e com o crescimento do que se denomina economia informal, a classe trabalhadora encontra-se diante do que podemos chamar de exploração precarizada (SILVA, 2002; 2004).

Essas mudanças no mundo do trabalho implicam a intensificação do ritmo de produção, a *redefinição da taxa de exploração da classe trabalhadora* (mais-valia relativa e absoluta)⁶ e o aumento da população excluída, isto é, do *exército industrial de reserva*. Há aqueles

⁵ A Câmara Americana do Comércio criou, em 1982, o Prêmio Eco que tem por objetivo valorizar iniciativas de empresas que apóiam e/ou desenvolvem projetos sociais. A Fundação Roberto Marinho, a Fundação Acesita, a Mineração do Norte e a Schwab são bons exemplos de estimuladores do *mercado solidário*.

⁶ Sobre as novas formas de organização que ampliam a exploração da classe trabalhadora (mais-valia absoluta e mais-valia relativa), conferir *Fordismo e Toyotismo: na civilização do automóvel*. GOUNRT, T. São Paulo: Boitempo, 1999.

que vivem da catação de lixo (trabalhadores ambientais que coletam resíduos sólidos na retórica *progressista*), que são parcialmente organizados em cooperativas ditas *emancipadas e cidadãs*. Muitos desses *trabalhadores(as) emancipados* servem ao poder público municipal e vivem, quase sempre, em uma situação de total precariedade, sem proteção social e direitos trabalhistas.⁷ Trabalho parcial/precário e viver de caridade alheia não são novidades no capitalismo.

Toda a forma do movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou *parcialmente empregados*. Encontramos violentos protestos contra o trabalho excessivo, até mesmo na *crise algodoeira de 1863*, num panfleto dos fiandeiros de algodão de Blackburn. [...] Muitos, em virtude da falta de ocupação, ficam constringidos a *viver da caridade alheia*. (MARX, 1980, p. 735-738, grifos nossos)

Portanto, o crescimento do que se convencionou chamar de *terceiro setor* pode ser explicado de forma apropriada pela **categoria superpopulação relativa**, ou seja, pelas mesmas causas estruturais que explicam o aumento do exército de reserva. Esse conceito poderá clarificar o verdadeiro significado da emergência dessa expressão de linguagem, isto é, a ideologia do *terceiro setor*.

TERCEIRO SETOR: IDEOLOGIA MESSIÂNICA SALVACIONISTA

A ideologia resulta de um processo pelo qual as idéias da classe proprietária dos meios de produção tornam-se dominantes e universais. A classe que domina no nível social, político e econômico exerce também o seu domínio no plano do espírito, a palavra é um instrumento ideológico por excelência.

Enfrentar o poder hipnótico da palavra exige uma compreensão crítica do seu real significado, isto é, da ideologia que se constrói em torno de **possibilidades imaginadas**. Em sua concretude-terceiro setor -é uma expressão de linguagem que oculta as transformações profundas que estão a ocorrer no capitalismo contemporâneo.

Essa ideologia, presente na obra maior de Rubem C. Fernandes (1994) (*Privado Porém Público*), aparece, também, com toda evidência

⁷ Magera (2005) demonstra em sua pesquisa como ocorre a exploração das cooperativas de catadores de resíduos sólidos no mercado da latinha de alumínio e outros.

nas idéias de Jeremy Rifkin (1997), na análise crítica de Robert Kurz (1997), nas concepções de Claus Offe (1999), na visão de Augusto de Franco (1999) e de muitos outros. Vejamos, inicialmente, como essa ideologia salvacionista comparece nas reflexões de Jeremy Rifkin (1997).

Em seu conhecido texto *A natureza e identidade do terceiro setor*, o processo de ideologização é elaborado em torno das possibilidades do desenvolvimento de uma sociedade capitalista harmônica, sem conflitos e contradições de classe, que tem o denominado terceiro setor como protagonista principal. Esse autor parte de uma análise do contexto econômico e social do final do século XX. Ele defende a tese de que está a ocorrer uma transformação fundamental na natureza do trabalho, e essa transformação, que segue uma evolução linear, tem um caráter mundial. Em sua previsão, em torno do ano de 2020, no mundo todo, haverá uma eliminação radical, não somente do operário industrial, mas do trabalhador em geral, isto é, a força de trabalho será reduzida para menos de 2% no planeta terra.

Em sua visão, se os donos do capital investirem no crescente terceiro setor e reduzirem a jornada de trabalho emergirá na sociedade um capitalismo humanizado; a ordem capitalista evoluirá, suavemente, para um estado mais elevado. Assim afirma:

Existe a **esperança de que as corporações se sentem à mesa de negociações**, de que reúnam os líderes empresariais, os trabalhadores e a comunidade, em cada país, para repensar o contrato social. Isso é do interesse de todos: da empresa, dos trabalhadores e da sociedade civil. [...] A única questão que todos os países têm de resolver é se {os desocupados} vão implicar filas de desempregados ou mais tempo livre. [...] as gerações passadas acreditavam que deviam trabalhar para viver, não viver para trabalhar, diferentemente da nossa, que passou a acreditar que devia viver para trabalhar. Quando um indivíduo se baseia na equação de que ele trabalha para viver, **as tecnologias passam a trabalhar para ele, não contra ele.** (1997, p. 17-18, grifos nossos)

Como se observa, a questão da redução da jornada de trabalho (redução do tempo de trabalho socialmente necessário) passa pela lógica do convencimento. Há uma esperança de que generosas corporações sentem à mesa para negociar uma nova divisão do tempo de trabalho social. Para esse fato ocorrer basta os indivíduos mudarem a forma de pensar e passarem a trabalhar para viver e não, ao contrário, viver para trabalhar. Desta forma, naturalmente, o progresso técnico deixará de ser um competidor da força de trabalho e passará a ser um aliado do ser humano, contribuirá para uma nova sociabilidade, para a reativação

da vida civil, ou seja, o terceiro setor.

Esse é o resultado das tecnologias que poupam trabalho humano: libertar milhões de pessoas para possam restaurar a vida familiar e comunitária, enfim, a vida civil. Trata-se de trabalhar para viver, libertar a humanidade, restaurar a família e a comunidade civil. (RIFKIN, 1997, p. 18)

Segundo ele, várias empresas tomaram essa decisão (Hewlett Packard, Renault da França e a BMW da Alemanha), reduziram a jornada de trabalho sem redução nos salários. Os empregados trabalham quatro dias por semana e recebem por cinco dias. Na harmoniosa visão desse autor, estão todos felizes: os diretores ao verem seus lucros aumentarem e os empregados por terem segurança no trabalho.

Uma vez que se compreenda isso, abrir-se-á a possibilidade de um **novo contrato social para esta civilização**; trata-se de uma nova visão e de uma nova missão para o século XXI. [...] Nos Estados Unidos, **há 1,2 milhão de organizações sem fins lucrativos** ou organizações de serviços. Dez por cento de sua força de trabalho remunerada encontra-se nesse setor. Se o setor sem fins lucrativos dos Estados Unidos fosse uma economia, seria a sétima maior economia do mundo. [...] O setor de ONGs está crescendo mais rapidamente do que os outros dois. O problema é que os participantes do Terceiro Setor estão em um *status* neocolonial. Pensam como um setor subjugado. Suplicam ao governo, ao mercado e às instituições filantrópicas para obter verbas. Têm de compreender que o governo está começando a desaparecer da vida das comunidades, que seu papel é cada vez menos importante, que está passando a delegar verbas e programas. O mercado está tornando-se cada vez mais globalizado e não interno. Que vai acontecer com as fundações? **A responsabilidade da vida cívica passará a ser delas e do setor não governamental**. Esse é o processo de **libertação**. Essa liberdade implica uma nova responsabilidade. O problema do Terceiro Setor é que ainda não tem consciência de sua condição. Falta-lhe uma identidade. Sem identidade, não há poder. (RIFKIN, 1997, p. 20, grifos nossos)

Essa longa citação deixa muito clara a visão ideológica do autor. Fica evidente qual a natureza do denominado terceiro setor. Diante do desemprego estrutural, provocado pelo avançado processo de automação, do enfraquecimento das lutas trabalhistas e da redução do papel do Estado em relação ao desenvolvimento de políticas sociais (Estado mínimo), o terceiro setor apresenta-se como uma alternativa, as Fundações Privadas e as ONGs deverão assumir a responsabilidade da vida cívica no interior das relações sociais de produção capitalistas harmonizadas. Será construído um novo pacto social, uma convivência

pacífica entre os três setores, o mercado - que cada vez mais libera trabalhadores em decorrência do progresso técnico -, o Estado (mínimo) reduzido em suas ações públicas e o terceiro setor. Este último será financiado por Fundações Privadas e por empresários compreensivos e conscientes, o novo pacto social possibilitará o êxito do mercado e do governo democrático. Esta é a visão do autor, um capitalismo humanizado pela ação solidária dos três setores, uma nova forma de estruturação social, política e econômica.

Porém, mais adiante, o autor faz um alerta, caso essa alternativa não seja construída pela sociedade, os seres humanos, liberados pelo desemprego, raivosos e desesperados, ou ampliarão a população dos presídios (o que significa um elevado custo econômico para a sociedade) ou serão presas de ideologias políticas extremistas.

Se essas questões não forem examinadas agora, será praticamente impossível tratar delas daqui a dez anos; as vozes da raiva, do desespero e do ressentimento serão tão fortes que unicamente as **ideologias políticas extremas terão êxito**. No setor civil há uma redução no trabalho, portanto, deve-se permitir que a revolução tecnológica libere milhões de pessoas que possam **restaurar a família e a comunidade** e colocar o setor civil novamente no **centro da vida** de cada país (RIFKIN, 1997, p. 21, grifos nossos).

No entanto, é preciso observar que o terceiro setor não tem sido muito eficiente em seu papel de inclusão social. Os Estados Unidos da América do Norte, o grande paraíso do terceiro setor,⁸ presencia um processo acelerado de concentração de renda. Apresentam a vigésima taxa de mortalidade infantil do mundo; 1/3 de crianças em idade escolar estão sem vacinas básicas; 50% de esquizofrênicos vivem nas prisões ou nas ruas; 40% de idosos estão abrigados em instituições que apresentam péssimas condições humanas; 31 milhões de seres sem nenhuma cobertura de saúde; 5 milhões sem tetos que fazem dos subterrâneos das estações do metrô verdadeiras favelas; e as ONGs não têm conseguido controlar os problemas causados pela alta corrupção e promiscuidade do Estado (PETRAS, 1996).

De acordo com Lawrence Summers, ex-ministro da Fazenda do governo Clinton, presidente da Universidade de Harvard, a desigualdade aumenta de forma acelerada nos Estados Unidos da

⁸ Existem, nos EUA, mais de 40.000 fundações que movimentam uma grande quantidade de recursos, apóiam e financiam projetos que proporcionam empregos para centenas de milhares de pessoas. (RATTNER, 1999)

América do Norte.

A renda média das famílias teve um incremento de 18% desde 1979, enquanto a renda do grupo formado por 1% das famílias mais ricas cresceu 200%. Essas famílias ganham mais agora do que o conjunto das famílias que compõem os 40% mais pobres (SUMMERS apud CARDOSO, 2004).

O sociólogo Robert Kurz (1997) no seu embaraçado texto *Para além do Estado e Mercado*, publicado no livro *Os Últimos Combates*, quando analisa a visão de André Gorz (Crítica da Razão Econômica) a respeito das “atividades autônomas”, organizadas pela reunião de voluntários nas “microesferas sociais”, assimila o conceito “terceiro setor”. Ao estudar a obra de Rifkin elabora uma análise crítica ao que chamará de “vislumbre de Rifkin”. De acordo com Kurz (1997), esse pesquisador defende a tese de que, com o desenvolvimento de um terceiro setor autônomo surge uma nova era, a era do pós-mercado.

Mas, logo em seguida, em defesa do “terceiro setor”⁹ afirma que não parece ser uma mera elucubração teórica desses autores, pois, nos últimos 10 ou 20 anos, o mundo presenciou o crescimento da importância de um espaço social difuso entre o Estado e o mercado, e propõe uma questão: é preciso saber se esse espaço tem condições de ser um novo paradigma de reprodução social. Assim coloca:

[...] o terceiro setor é composto da união de inúmeros agrupamentos voluntários, destinados a conter a miséria social e barrar a destruição ecológica. [...] Suas atividades abrangem desde a criação de cozinhas públicas, o cultivo de hortas e a coleta de lixo, até serviços de creche, reforma de moradias e organizações de escolas particulares. [...] A questão decisiva é saber se o **terceiro setor tem condições de ser um novo paradigma de reprodução social**. Para que isso seja possível, ele terá de ir além das simples medidas paliativas ou de urgência, destinadas somente a fazer **curativos leves** nas feridas abertas pela ‘mão invisível’ do mercado globalizado. Se não houver mais nenhum surto de crescimento econômico, como muitos esperam, o terceiro setor precisará formular sua própria perspectiva de desenvolvimento para o século XXI, em vez de ser um mero sintoma passageiro da crise. [...] Em ambos casos (Gorz e Rifkin), porém, o terceiro setor é visto como o **irmão caçula do mercado**, pois as fontes de ‘financiamento’ são necessariamente as migalhas de caridade deixadas pela produção que visa lucro. Segundo leis objetivas do mercado, o aumento da produtividade técnica não

⁹ Quando fala da emergência de um espaço social e difuso, o terceiro setor, deixa claro que não toma como referência o mercado ilegal e brutalizado da economia informal.

implica em redução da jornada de trabalho, mais simplesmente a redução dos custos produtivos. Nas atuais condições, isso equivale ao desemprego em massa para grande parte da população, ao passo que o incremento da produtividade é consumido para enfrentar a concorrência nos mercados globais. Os pontos de vista de Gorz e Rifkin ameaçam permanecer um simples modelo de **subvenção para países ricos**, uma espécie de passatempo altruísta para os campeões do mercado. (KURZ, 1997, p. 152-154, grifos nossos)

Como se observa, depois de chamar a atenção para a importância do terceiro setor, realiza uma crítica avassaladora às suas ações. Afirma que, se não houver crescimento econômico, o terceiro setor, como um mero sintoma passageiro da crise, atuará simplesmente como um paliativo para as feridas abertas pela mão invisível do mercado. Assim sendo, as esperanças nascem mortas, o terceiro setor - subordinado ao mercado - não conduzirá um processo de transformação social em direção à um novo paradigma de reprodução livre da competição mercantil.

Depois de fazer essas análises embaralhadas, chamando a atenção para as **cooperativas** que foram criadas por movimentos trabalhistas, ao criticar os antigos marxistas que preferem capitular diante do neoliberalismo, conclui que o terceiro setor, na presença da atual crise econômica, poderá ser um fator político de peso.

Ou melhor, um fator **antipolítico ou pós-político**, pois as novas iniciativas não se deixam rotular de acordo com as velhas categorias da política moderna. Uma tal tendência ainda é pouco aparente, pois, apesar de algumas exceções, os politiquês, os arrivistas e os terroristas de Estado recebem mais atenção na mídia do que **os grandes movimentos do terceiro setor**. Isso também é resultado, em parte, da timidez desses grupos, da ausência de um discurso mais mordaz. Até agora, seus próprios integrantes não se reconhecem como uma força histórica inovadora. O apoio de grupos da **esquerda política** é igualmente duvidoso. Seu apego ao conceito de Estado é ainda muito forte para aceitarem **os movimentos do terceiro setor** como um possível aliado. O mais provável é que farejem nas atividades cooperativistas uma perigosa concorrência política, e não uma forma promissora de emancipação social. Antigos **marxistas preferem capitular diante do neoliberalismo** a superar criticamente seu próprio passado. (1997, p. 156-157, grifos nossos)

Esse trecho demonstra a grande confusão que cerca o conceito terceiro setor. Para Kurz (1997), o terceiro setor tem importância limitada por ser subordinado ao mercado, não ultrapassa, diante da atual crise de crescimento econômico, a *fronteira de ações paliativas*. Ao mesmo tempo

pode ser considerado um movimento social, “antipolítico ou pós-político relevante”. Mesmo sendo um importante movimento social não é reconhecido pelas velhas esquerdas marxistas que, apegadas ao Estado, têm uma visão aprisionada pela ideologia estatista. O terceiro setor confunde-se com o movimento cooperativista, e pode até ser, uma forma promissora de emancipação social, um novo paradigma de reprodução social. Para que seja um movimento emancipatório em construção, os militantes precisam abandonar a sua timidez, necessitam reconhecer a força histórica e inovadora que se faz presente no terceiro setor. Em resumo: o que é possível entender a respeito dessas confusas apreciações sobre a noção terceiro setor?

O pesquisador Claus Offe (1999), diante do processo de globalização do capital e do que denomina de pós-modernização, elabora considerações sobre uma **nova visão de progresso** (evitar formas catastróficas de *des-civilização*) que são relevantes para a compreensão da sua concepção sobre a inovação das relações entre Estado sociedade e comunidades.

Entendendo progresso como a capacidade de evitar a recaída no barbarismo, no lugar de *O que fazer?* (Lênin), a questão passa a ser: qual configuração de agentes pode ser capaz de fazer o *que precisa ser feito*? A resposta é simples, é preciso superar a visão monística de configuração social.

As antigas opções de desenho são monísticas, baseando-se no Estado, no mercado ou na comunidade para garantir em última instância a ordem social e a coesão. Soluções mais promissoras são essencialmente ‘impuras’: não se deve utilizar nenhum dos três princípios exclusivamente, mas a todos eles deve ser reservado um papel em um **arranjo institucional** complexo e composto. Esses são os três componentes da **ordem social em precária relação entre si**: de um lado, eles se baseiam um no outro, já que cada componente depende do funcionamento dos outros dois; de outro, entretanto, a sua relação é antagônica, já que a predominância de um deles põe em risco a viabilidade dos outros dois. (OFFE, 1999, p.128, grifos nossos)

Não é muito difícil descobrir qual a tese que será defendida pelo autor. Como resultado de uma sintonia fina entre os três setores deverá emergir um novo desenho institucional.

Qualquer desenho institucional monístico tende a ignorar (no plano teórico) e destruir (em suas implicações práticas) as contribuições que os outros dois componentes da ordem social têm para dar. Segundo esse tipo de desenho não pode se basear nem mesmo na

combinação de apenas dois desses padrões (isto é, excluindo o terceiro respectivo), sejam sínteses mercado-Estado, Estado-comunidade, ou comunidade-mercado. Precisamos de todos os três fundamentos da ordem social, e **numa mistura que consiga evitar que cada um deles se sobreponha aos outros e elimine.** (OFFE, 1999, p. 129-30, grifos nossos)

Portanto, para quem defende a tese de que a classe trabalhadora perdeu a centralidade no processo histórico das transformações sociais, não é muito difícil elaborar uma ideologia de mudança social que não rompa com o modo de produção capitalista, isto é, um novo reformismo social e político. Como foi dito, a transição será realizada pela construção de um novo arranjo institucional que será fruto de uma mistura rica/sintonia fina dos três setores básicos que compõem hoje a ordem social, o Estado, o mercado e a comunidade. Essa transição será realizada democraticamente e os cidadãos ocuparão um espaço privilegiado, atores coletivos da sociedade civil, em luta política, demarcarão a linha e a relação entre o Estado, mercado e comunidade. Em entrevista dada para a uma revista brasileira deixa evidente sua argumentação.

É preciso um novo pacto, que ressalve o dever do Estado de dar condições básicas de cidadania, garanta a liberdade do mercado e da competição econômica e, para evitar o conflito entre esses dois interesses, permita a influência de entidades comunitárias. As organizações não governamentais, as igrejas, os movimentos profissionais como os 'Médicos sem Fronteira' atuam como uma válvula de escape nas deficiências do Estado e do mercado. É a entidade dos direitos civis que vai defender os interesses do cidadão junto à justiça e ao Congresso. É a **solidariedade de uma organização religiosa** que vai ajudar muitos desempregados excluídos pelo mercado. A família, os vizinhos, a comunidade em que cada um vive é **a reserva moral da sociedade.** É lá que o cidadão vai encontrar a solidariedade sem interesses. A origem histórica da ação política da comunidade vem das tradições da Igreja Católica, da visão liberal do filósofo francês Alexis de Tocqueville, que defendia a 'arte cívica das organizações'. É inegável o resultado positivo da ação comunitária. [...] Mas há péssimos exemplos de ações comunitárias. O anti-semitismo na Alemanha nazista começou como uma ação comunitária para excluir os judeus da vida econômica e social do país. Hoje isso se repete em ações contra imigrantes africanos nos países ricos da Europa ou contra os latino-americanos nos Estados Unidos. [...] Por isso **defendo um triângulo** entre as três forças, **sem hegemonia de nenhum setor.** (OFFE, 1998, p. 3, grifos nossos)

Ficam muitas questões e uma das mais importantes refere-se

à possibilidade de construção de uma relação triangular equilibrada, na qual o mercado, hoje hegemônico, abra mão de seu grande poder sobre a classe trabalhadora, os seres humanos e a natureza. O próprio autor citado revela que o anti-semitismo, na Alemanha nazista, começou como uma ação comunitária solidária. Portanto, é sempre importante perguntar sobre a natureza das ações solidárias.

Como Augusto de Franco (1999), em seu artigo *Reforma do Estado e o Terceiro Setor*, entende o significado histórico do terceiro setor? Como muitos outros, o terceiro setor é igual a sociedade civil, estamos diante de uma grande reforma que significa uma refundação da (res) pública, isto é, está em gestação um novo modelo de Estado. Esse processo exige uma profunda transformação nas relações entre o Estado e a sociedade.¹⁰

É no contexto dessas reformas, no qual o Estado é apresentado como protagonista principal (radicalização da democracia e co-governo são as palavras-chave), que o autor levanta várias questões sobre o papel do terceiro setor. A questão fundamental está relacionada ao dilema: diminuição ou redução da participação do Estado na esfera pública. Para fundamentar sua reflexão cita uma significativa passagem do discurso do ex-presidente Fernando H. Cardoso realizado na cerimônia da sanção da lei do voluntariado, em 18 de fevereiro de 1998, (a vontade humana de cooperar é regulamentada mediante uma lei). Para além do Estado, dos sindicatos e da racionalidade do mercado privado empresarial há outras organizações que pertencem a uma sociedade civil moderna.

Quem não reconhecer a importância do mercado e da racionalização que o mercado introduz não entende o mundo contemporâneo [...]. Nem o Estado é suficiente nem o mercado. [...] **O que há de novo agora é precisamente o terceiro setor.** O que há de novo é que existem formas dinâmicas de controle social, de organização de objetivos, e até mesmo de generosidade e de solidariedade, que não decorrem nem do princípio racionalizador do mercado, **nem do princípio autoritário de distribuição do Estado.** E que são energias novas, que são cada vez mais incorporadas à fisionomia das sociedades contemporâneas. (CARDOSO, 1998 apud FRANCO, 1999, p. 274-275, grifos nossos)

Segundo Franco (1999), uma vez que as utopias são sempre

¹⁰ Esta equação terceiro setor igual a sociedade civil é profundamente criticada por Carlos Montaña (2002). Segundo esse pesquisador, sociedade civil como terceiro setor, desgarrado da totalidade social, tem sua origem no positivismo e no liberalismo vulgar. Sociedade civil em Gramsci "supõe sua articulação com outras categorias centrais: hegemonia de classe e revolução" (2002, p. 125-6).

necessárias para estimular movimentos voltados para transformações da sociedade, há, neste século, uma utopia que pode inspirar a reforma do Estado. Ressalta que não estamos diante de uma velha utopia que acreditava na possibilidade de construir uma sociedade sem Estado ou sem mercado ou sem ambos; democracia radical, cidadania universal e sustentabilidade são as palavras mágicas que devem inspirar os novos movimentos sociais.

Esses novos movimentos têm como referência teórica o conceito moderno de capital social, um tipo muito especial de capital, sujeito que tem como função orientar socialmente o mercado e controlar o Estado. Portanto, nessa direção, a orientação estratégica acertada deve ser: investir na organização da sociedade civil, no associacionismo e na boa governança.

“O capital social passa, agora, a fazer parte da equação macroeconômica do desenvolvimento, constituindo, ao lado da renda e juntamente com o capital humano e o **capital empresarial** – quer dizer, o conhecimento e a riqueza–, uma de suas principais variáveis” (FRANCO, p. 277, 1999).

Na concepção dessa utopia, como a sociedade civil moderna emerge e transforma-se em um terceiro setor que protagonizará a construção de um novo paradigma de relação entre o Estado e a sociedade? Nessa relação, as chamadas iniciativas cidadãs produzirão um mágico campo sinérgico, terão o condão de otimizar e alavancar recursos para o desenvolvimento sustentado. Assim coloca Franco:

[...] as mudanças que estão sendo introduzidas nas relações entre o Estado e o Mercado podem ser compensadas pelas mudanças que deverão ocorrer nas relações entre Estado e Sociedade Civil, **composta por iniciativas cidadãs, sobretudo aquelas com fins públicos e não-lucrativos** – seja fortalecido, até que possa assumir o seu papel protagonista e mediador no arranjo institucional que se prefigura. A busca da sinergia Estado-Mercado-Sociedade Civil é uma necessidade imediata do desenvolvimento e uma exigência do sistema de gestão das políticas públicas baseado num novo paradigma de relação Estado - Sociedade, que prevê a articulação, a descentralização, a parceria, a transparência, o controle social e a participação. (1999, p.277, grifos nossos)

Desta forma, há uma solução, uma nova utopia que supera as ideologias estadocentristas e mercadocentristas. Não é possível aceitar uma visão neoliberal que pretende realizar uma fácil transposição da lógica do mercado tanto para o Estado como para a sociedade civil, esses três segmentos sociais apresentam fronteiras bem estabelecidas,

isto é, têm racionalidades distintas. Portanto, o terceiro setor, com seu poder mágico, desempenhará o papel de protagonista (alavancador) das mudanças sociais.

Pergunto eu, como o terceiro setor, também chamado de sociedade civil, enfrentará os ajustes estruturais promovidos pelas políticas neoliberais?

O termo 'estrutura' foi, no passado, associado à 'Esquerda'. Era associado aos esforços para identificar configurações de poder social que sustentavam as desigualdades. A análise estrutural da 'Esquerda' enfatizava políticas para mudar padrões de concentração de terra e renda para uma maior igualdade. O termo 'ajuste' refere-se ao processo de intervenção estatal para enfraquecer os direitos sociais e trabalhistas e para reconcentrar renda e propriedade. [...] O jargão tecnocrata ofusca as mudanças profundas no poder de classe e de riqueza que resulta da intervenção radical do Estado. 'Flexibilização Laboral' é o conceito colocado em oposição aos direitos trabalhistas. [...] De acordo com os ideólogos da 'flexibilização laboral', estes direitos trabalhistas são rigidez. Trabalhador é para estar sujeito às regras do capital. (PETRAS, 1999, p.62-63)

Com o denominado terceiro setor a cidadania suplantar os interesses que entram em oposição aos direitos sociais e trabalhistas, ou seja, o processo de acumulação do capital será subsumido aos interesses dos seres humanos. Será o terceiro setor - capital humano, capital social, capital empresa, empresa cidadã -, uma miragem ou uma fantasia?

AS MIRAGENS E FANTASIAS DO TERCEIRO SETOR: VOCÊ FAZ A DIFERENÇA

Nesse campo (das novidades), diz Paulo Arantes (2000), não há conceito ou palavras que não exijam aspas, "Reforma do Estado", "Administração Pública Gerencial", "Sinergia", "Parcerias Felizes", "Proativo", "Reativa", "Sociedade Civil Eticamente Estruturada", "Incorporação da Cidadania", "Marketing Social", "Empresa com Responsabilidade Social". Como dar o nome certo à coisa certa?

As empresas capitalistas são agora cidadãs, cidadania passa a nomear um novo campo de negócios bastante animado. Negócios que seguem os princípios do gerenciamento estratégico e que disputam nichos de mercados solidários.

Com perdão da má palavra, o fato é que também existe um **mercado atraente para as iniciativas cidadãs**. Ocorre simplesmente que a

mais estrita observância da cláusula sem-fins-lucrativos não é uma barreira à entrada no mundo dos negócios, podendo até representar uma senha privilegiada de ingresso. Segundo consta, a paulatina impregnação pelos usos e costumes da livre iniciativa começa pela inocente elaboração e execução de um 'projeto' em conformidade com as exigências de qualquer financiadora [...]. Está claro que a carga simbólica que imprime uma 'aura positiva' às ações voluntárias sem fim lucrativo não decorre apenas da sua inegável funcionalidade na legitimação das políticas sociais compensatórias **recomendadas pelos próprios patrocinadores da devastação econômica** em andamento. Tampouco, como quer o discurso edificante corrente, derivaria da pressão moral exercida sobre os agentes econômicos para que se sintam concernidos pela '**nova cultura de participação cidadã**', como se diz na língua geral do momento. (ARANTES, 2000, p. 6-7, grifos nossos)

Portanto, a miragem do terceiro setor emergirá como um messias motivador, o poder simbólico da santíssima trindade (FERNANDES, 1994). Uma relação triangular harmônica possibilitará a integração entre o Estado (voltado para os interesses universais), o Mercado (calmo e generoso) e a *Sociedade Civil-Terceiro Setor*, ou seja, uma regulação moral da reprodução social no interior do capitalismo monopolista em sua fase de acumulação predominantemente financeira/predatória.

O **surrealismo da empresa que não visa lucro**, mas se interessa exclusivamente pelo retorno ético da cidadania como novíssimo fator de produção, responde a essa esquizofrenia de base de um mundo inteiramente racionalizado pela economia monetária, e por isso mesmo sem saída. [...] É que a saída de cena do socialismo tornou evidente, entre outras verificações cruciais, que ele não era apenas um 'modelo' equivocado ou irrealista - como se a loucura privatista fosse uma 'espécie de filtro moral sem o qual a civilização moderna revela-se totalmente incapaz de existir, a economia de mercado sufoca em sua própria imundície. (ARANTES, 2000, p.14, grifos nossos)

Todas essas *novidades* edificam, na realidade, uma grande armadilha ideológica que oculta as raízes estruturais do crescente exército industrial de reserva e a conseqüente precarização e flexibilização do trabalho no mundo.

SILVA, Felipe Luiz Gomes. The prophets of a promised land: the third sector *Revista ORG & DEMO* (Marília), v.7, n.1/2, Jan.-Jun./Jul.-Dez., p.33-50, 2006.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos ABONG*. São Paulo: Autores Associados, n. 27, mai., 2000.
- BAILEY, M. Levantamento de fundos no Brasil. Principais implicações para as organizações da sociedade civil e ONGs internacionais. *Cadernos ABONG*. São Paulo: Autores Associados, mai., p. 87-106, 2000.
- BAVA, S. C. O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI. *Cadernos ABONG*. São Paulo: Autores Associados, mai., p.41-86, 2007.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CARDOSO, F. H. Crescimento para quê? *Estado de S. Paulo*. 5 mai. 2004. Caderno Espaço Aberto, A2.
- CARVALHO, N. V. *Autogestão: O nascimento das ONGs*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CÉSAR, R.F. - Elos de uma cidadania planetária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano 10, n. 28, jun., 1995.
- COELHO, S. T. C. *Terceiro setor: um estudo comparativo entre Brasil e os Estados Unidos*. São Paulo: SENAC, 2000.
- FERNANDES, R. C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERNANDES, R. C. O que é terceiro setor? In: IOSCHPE, E. (org.) *3 setor desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FRANCO, A. Reforma do Estado e terceiro setor. In: PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. *Sociedade em transformação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- KURZ, R. *Para além do Estado e Mercado*. Os últimos combates. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KURZ, R. O fim da cultura de diversão. Suplemento Mais- *Folha de S. Paulo*, 07 set. 2003.
- MAGERA, M. *Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade*. Campinas: Átomo, 2005.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social*. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
- NETTO, J.P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2005.
- OFFE, C. O fim das ideologias... *Revista Veja*. São Paulo, 08 abr.1998, p. 3.
- OFFE, C. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade In: PEREIRA, L.C.B et al. (Org). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora da Unesp, p.119-145, 1999.
- PETRAS, J. Os EUA: imperialismo e luta de classes. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Marxismo Hoje*. São Paulo: Xamã, p.83-109, 1996.
- PETRAS, J. *Globalização: América Latina, Europa, Estados Unidos*. Blumenau: FURB, 1999.